

## O voto feminino em debate: narrativas sobre as mulheres no Canal Brasil Escola – YouTube<sup>1</sup>

The female vote under debate: narratives about women in Brasil Escola Channel - YouTube

**Jaqueline Aparecida Martins Zarbato**

Doutora em História

Universidade Federal de Santa Catarina

Email: [jaqueline.zarbato@gmail.com](mailto:jaqueline.zarbato@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-3183-4740> 

**Janine Gomes da Silva**

Doutora em História

Universidade Federal de Santa Catarina

E-mail: [janine.gomesdasilva@gmail.com](mailto:janine.gomesdasilva@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0003-2866-2981> 

Informações completas sobre autoria estão no final do artigo ●

**Resumo:** Neste artigo, temos como objetivo analisar as narrativas produzidas sobre as mulheres e gênero na videoaula Voto feminino no Brasil, do Canal Youtube Brasil Escola. Nessa videoaula, a apresentadora analisa a historicidade e a constituição dos direitos das mulheres ao voto, fazendo um retrospecto da História antiga até 1932. A abordagem teórica tem como aporte a história das mulheres, os usos das tecnologias na história, a história digital e o Youtube como ferramenta de análise para os estudos históricos, compreendendo que a produção de materiais e diálogos educacionais produz discursos sobre os temas históricos. Metodologicamente, analisamos, pelo viés dos usos das ferramentas tecnológicas, das mídias digitais na produção de conteúdo da videoaula, como as mulheres e a questão do voto feminino são abordadas/discutidas na videoaula, com a incorporação de conceitos feministas, históricos e de linguagem tecnológica para a história ensinada, assim como de que maneira são concebidos os temas, a partir dos comentários do canal.

**Palavras-chave:** canal Brasil Escola; videoaula; Youtube; voto feminino.

**Abstract:** The aim of this article is to analyze the narratives produced about women and gender in the video lesson Voto feminino no Brasil (Women's vote in Brazil) on the YouTube channel Brasil Escola. In this video lesson, the presenter analyzes the historicity and

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado das pesquisas do projeto "Internet segura com perspectiva crítica de gênero"(Nº 38/2022), coordenado pela Profa Cristina Scheibe Wolff, do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC), e "Impasses para a presença de mulheres em espaços de poder: assédio nas universidades e violência política de gênero (estudo comparado entre América Latina e França), financiado pelo CNPq, processo n. 406634/2023-8.

constitution of women's right to vote, looking back from ancient history to 1932. The theoretical approach is based on women's history, the use of technology in history, digital history and YouTube as a tool for analyzing historical studies. Understanding the production of educational materials and dialogues produces discourses on historical themes. Methodologically, we analyzed, through the use of technological tools and digital media in the production of video lesson content, how women and the issue of women's suffrage are approached/discussed in the video lesson, incorporating feminist, historical and technological language concepts into the history taught, as well as analyzing how the themes are conceived, based on the channel's comments.

**Keywords:** Brasil Escola channel; video lesson; YouTube; women's vote.

## As discussões sobre história e ferramentas tecnológicas

Ao percorrer o corredor de alguns escritórios no final do século XIX e início do século XX, ouvia-se um barulho de batidas repetidas, em toques firmes que, ao final, faziam um barulho de 'sineta'. Nesses locais encontravam-se mulheres em suas novas funções no mundo do trabalho, as datilógrafas, as quais, à frente das máquinas de escrever, invenção que se popularizou<sup>2</sup>, deixavam o local menos silencioso.

A ampliação de espaços de trabalho para as mulheres como datilógrafas esteve atrelada a diferentes histórias e memórias de superação, engajamento político e de direitos femininos, em que podemos citar a caminhada da alagoana Almerinda Farias Gama, datilógrafa que foi uma das defensoras do voto feminino no Brasil, e eleita para deputada em 20 de julho de 1933. A história dela e de muitas outras mulheres é feita de luta com os barulhos da voz e da máquina de escrever (ver Tenório, 2021).

Nem sempre, porém, esses 'barulhos' são considerados em narrativas do passado e do presente. Dos tempos de vivência da datilógrafa Almerinda até o tempo presente, as máquinas foram substituídas por computadores, tablets e smartphones, em que as escritas históricas passaram a ter outros toques, teclas que, escrevendo e apagando, vão narrando as trajetórias femininas e feministas no Brasil.

E essas transformações em torno do mundo digital vão, aos poucos, ganhando lugar-espaco nas sociedades, nos obrigando a analisar as escritas históricas por outros mecanismos, os quais têm sua materialidade própria, tanto que, no final da década de 1960, "já havia mais de dois mil computadores em todo o mundo e, nos anos 1990, a internet estava vendendo quarenta mil sistemas por semana" (Evans, 2022, p. 92).

---

<sup>2</sup> Em 1861, na cidade de Recife, o padre João Francisco de Azevedo utilizou a máquina de escrever, adaptou um piano de 24 teclas para imprimir letras em papel, inaugurando um dispositivo mecanizado para a escrita.

Nesse sentido, pode-se dizer que as investigações históricas se pautam, no tempo presente, pela análise dos usos das tecnologias em diferentes práticas e, para ensinar a história, tomam-se diferentes ferramentas tecnológicas: são jogos, trilhas de aprendizagem, videoaulas em mídias sociais como Instagram, Facebook, podcasts, videoaulas em canais do Youtube, entre outras.

Essas diferentes possibilidades de apresentar temas e/ou fatos históricos se pautam, algumas vezes, em análises rápidas, com pouca densidade teórica e metodológica, visando se aproximar o mais rápido possível do público. Mas, de maneira geral, as videoaulas são recursos importantes para o ensino, e possibilitam, entre outras coisas, que o conteúdo seja acessado mais vezes, auxiliando, assim, na compreensão dos conteúdos. Os objetivos e formatos de videoaulas são variados e transmitem aprendizagens de acordo com o objetivo da aula, do canal ou da proposta educacional, o que nem sempre tem uma apresentação linear. E estes também variam bastante, dependendo do site ou plataforma em que estão abrigados, disponibilizados e divulgados.

Ao pensarmos nessa profusão de videoaulas digitais, formulamos as análises deste artigo, projetando a investigação sobre a história das mulheres e gênero a partir do Canal Brasil Escola, no YouTube. Elencamos a videoaula sobre o voto feminino no Brasil, visando analisar a construção da narrativa sobre a trajetória histórica do voto feminino, em que medida apresenta as concepções feministas, as lutas pelos direitos de voto, as mulheres envolvidas nesse processo histórico. Tanto a produção de conteúdo da videoaula como os comentários possibilitam a análise sobre as narrativas acerca das ‘defesas’ ou ‘ataques’ aos femininos no Brasil.

Pode-se dizer que, ao fundamentar as análises sobre os canais de YouTube, temos a dimensão da escrita histórica por um novo paradigma, pois o texto digital insere significações diferenciadas à cultura histórica. Ao “romper o antigo laço entre texto e objeto, entre cada discurso e sua materialidade própria, a revolução digital obriga a uma radical revisão dos gestões e das noções que associamos à escrita” (Chartier, 2017, p. 19).

Ao propor a análise de conteúdo do YouTube, é importante fundamentar as discussões no campo da narrativa virtual, que possui características diferentes no processo e noções da escrita histórica.

A virtualidade, característica do mundo pós-fordista, é uma vertente especial da cibercultura, sobretudo quando mediada eletronicamente, possibilitando a existência de uma sociedade em que se torna comum relacionar-se, trabalhar, trocar informações, comprar, vender, ler, escrever e publicar online (Luchesi, 2013, p. 03).

O YouTube se configura como uma plataforma digital, em que há o acesso a todos os níveis possíveis de participação. Pessoas com diferentes níveis de entendimento sobre linguagem digital e narrativa digital têm a possibilidade de acessar temas e conteúdos variados. Faz parte de um processo de desenvolvimento tecnológico global, ou, como aponta Castells (2007, p. 398), um “novo sistema de comunicação transforma radicalmente o espaço e o tempo, as dimensões fundamentais da vida humana”.

A composição dos vídeos do Brasil Escola no YouTube se apresenta a partir de uma linguagem e narrativa mais informativa e didática, ou seja, que projeta as discussões numa perspectiva de utilização das videoaulas como produtoras de sentido histórico, com um cunho em que as pessoas que assistem tenham ‘liberdade’ em suas reflexões. Como salienta Luchesi (2013, p. 5-6):

Talvez o que magnetize as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (das quais a Internet é menina dos olhos) à questão da aceleração, em que tocamos há pouco, seja exatamente aquilo que nos acerta em cheio enquanto historiadores: as distorções que estas tecnologias causam às noções de temporalidade e espacialidade.

Esse magnetismo que nos leva a conectar em redes, a projetar os processos históricos de longos períodos em alguns minutos de conversa traz consigo o ‘imediatismo’ que nos cerca no tempo presente, muito influenciado pelo neoliberalismo e pela efervescência de mídias digitais.

Entretanto, há ainda alguns temas/assuntos que são considerados como ‘temas sensíveis’: entre eles estão as relações de gênero, mulheres, feminismo. As narrativas, por sua vez, são informativas, flexíveis e passíveis de muitas interpretações. Ou seja, a “flexibilidade, assim, transforma a experiência do consumo de história, ao passo que as mídias digitais também vão, em virtude da sua abertura e diversidade, alterar as condições de produção da história” (Luchesi, 2013, p. 12).

Especialmente sobre temas como mulheres, gênero e feminismo, vale destacar o avanço de um debate misógino que ganha força nas redes, com ataques antigênero e antifeministas. Ou seja, a violência de gênero, atualmente, também pode ser on-line, pois, de acordo com Mariana Valente (2023): “[...] a misoginia on-line se coloca como obstáculo entre as mulheres e os potenciais da comunicação, distribuição da informação e expressão pela internet”. Ainda, de acordo com esta autora, este debate “[...] levanta a questão de qual impacto da internet na vida das mulheres, e em particular no feminismo e outros movimentos emancipatórios” (Valente, 2023, p. 23).

Assim, vislumbrar algumas narrativas digitais, que apregoam analisar e apresentar, pelo viés histórico dos acontecimentos, eventos, situações culturais, encaminham para uma 'leitura' por parte das pessoas que assistem aos vídeos. E nesse processo de assistir e interagir, nem sempre há aprofundamento sobre, por exemplo, o que motiva este artigo, a representação do voto feminino para a emancipação feminina no Brasil.

De certa forma, o cuidado ao analisar as mídias digitais, principalmente no que produzem sobre universo feminino, feminismos, gênero, deve ser redobrado, pois socialmente possuem diferentes percepções, para não dizer, preconceitos. Em relação à interatividade, a preocupação se dá em estreitar a relação produtor/consumidor, o que tem incomodado a quem pesquisa sobre feminismo, pois há a necessidade de problematização e não só de exposição. Ao "compartilhar autoridade" com seu público, a web oferece um meio ideal para esta comparação e colaboração (Cohen; Rosenzweig, 2005), mas que tem sido aproveitado por grupos conservadores.

### **O Canal Brasil Escola YouTube: produções digitais em análise**

O canal Brasil Escola YouTube faz parte do Brasil Escola e, segundo a apresentação da equipe do portal, "é considerado o maior portal educacional do Brasil". Ao todo, "temos mais de 100 mil artigos, divididos entre diversas disciplinas e canais com conteúdos específicos para educadores, resolução de exercícios, Enem, monografias, notícias sobre vestibulares de todo o Brasil, além de conteúdos exclusivos em formato de videoaulas" (Brasil Escola, s.d.; OMNIA, s.d.).

A perspectiva de análise pontuada para esse canal se dá principalmente porque vincula os temas da história em suas videoaulas e apresenta os conteúdos/temas/problemas com uma linguagem coloquial, elencando exemplos e situações problemas cotidianas.

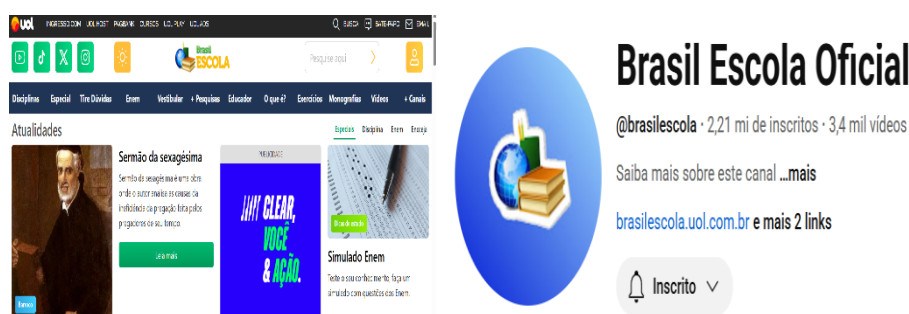
Nesse sentido, é importante frisar que, em 02 de outubro de 2017, foi lançado o canal Brasil Escola, que, segundo Marina Cabral (2017), diretora de conteúdo da empresa Omnia, empresa que administra o Brasil Escola,

surgiu para atender os interesses do público ao site, na maioria jovens [...]hoje é muito comum ver professores utilizando desse recurso para reforçar o processo de ensino e aprendizagem e a aceitação do público é imensa, e já que somo s referência quando falamos em educação no ambiente virtual, precisávamos também explorar esse recurso.

O canal do YouTube Brasil Escola atesta, em sua página de apresentação, que possui 2,21 mil inscritos, com 2493 vídeos, 208.253.315 visualizações, no período da pesquisa realizada, ou seja, em 2021. O canal do YouTube Brasil Escola faz parte das ações do sistema Uol, tendo várias ferramentas tecnológicas voltadas ao ensino/educação, sendo parte da rede de empresas Omnia, também vinculada ao UOL.<sup>3</sup> A Rede Omnia é uma empresa goiana, proprietária dos maiores portais de Educação do país, como o Brasil Escola e o Mundo Educação. Seus sites recebem mais de 42 milhões de visitas por mês.

Ainda no site da rede Omnia encontram-se as seguintes informações sobre o canal YouTube Brasil escola: “o primeiro, mais completo e visitado site de educação do Brasil, o Brasil Escola é um portal completo de pesquisa para os estudantes de diferentes séries escolares e professores. Também divulga notícias sobre Enem e os principais vestibulares do Brasil” (OMNIA, s.d.).

Imagem 1 — Canal Brasil Escola



Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/> - <https://www.youtube.com/c/BrasilEscola>.

As imagens acima apresentam a página do Brasil Escola e do canal do YouTube Brasil Escola, os quais foram criados com a perspectiva educacional, utilizando esses espaços midiáticos para construir videoaulas e temas relacionados a diferentes áreas do conhecimento. No site há o destaque para a equipe que constrói os conteúdos, que vai desde professores de áreas de conhecimento (História, Geografia, Matemática), até desenvolvedor de web, analista, jornalista, diretora de conteúdo, audiovisual, revisora de texto, operadora de site, social media, gerente etc. Ou seja, possuem uma equipe de produção de materiais didáticos vinculados à rede Omnia, o que evidencia que o canal

<sup>3</sup> Segundo as informações no site do canal Universo Online (UOL), é a maior empresa brasileira de conteúdo, tecnologia e serviços digitais. É também o maior portal de língua portuguesa do mundo, com mais de 1.000 fontes de notícias e 7 milhões de páginas. O UOL faz parte do Grupo Folha, que também controla o jornal Folha de S. Paulo, a gráfica Plural e outros negócios.

YouTube é um dos ‘braços estratégicos’ em relação aos conteúdos produzidos. O site possui uma vasta produção de materiais didáticos para as áreas de conhecimento, alguns voltados a provas como Enem, vestibulares e concursos, outros com conhecimento direcionado, em forma de ferramentas com cronograma de estudos, jornada do Enem, conversor de números romanos – tudo apresentado de forma interativa.

Isso evidencia que o canal do YouTube do Brasil Escola funciona como parte do site do Brasil Escola, uma vez que, no site, tem-se a aba de vídeos com: videoaulas para Enem, guia de profissões, matemática do zero, videocasts, atualidades. E há, no site, os links para o YouTube, Facebook, Instagram, X, o que evidencia uma rede construída para a fundamentação das atividades da rede Omnia.

Imagem 2 — Omnia



Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/> - <https://www.youtube.com/c/BrasilEscola>.

Nesse sentido, ao analisar o canal YouTube Brasil Escola, buscamos observar a constituição do conteúdo histórico, a exploração dos conceitos de feminismo, sufrágio feminino, os quais estão entrelaçados a categorias e diálogos acerca do feminino e do gênero. Entretanto, a apresentação da videoaula sobre voto feminino possui uma linguagem narrativa coloquial, sem referenciar estudos, pesquisas ou propor o aprofundamento sobre esses temas. Compreendemos que, por ser uma videoaula, que tem 16 minutos de duração, possui um direcionamento da emissão do discurso a ser produzido sobre o tema do voto feminino.

Entretanto, chama atenção a falta de referências bibliográficas e fontes históricas sobre o movimento sufragista, pois, sobre este tema, existem vários trabalhos publicados (ver, por exemplo, Marques (2019); Karawejczyk (2019); Avelar (1989)). A conquista de direitos políticos para as mulheres, no Brasil, foi um longo processo. Mesmo antes do fim da escravidão e do início da República, já temos registros de reivindicações sobre os



direitos para as mulheres. Mas foi nas primeiras décadas do século XX que o chamado movimento sufragista se intensificou, pois, apesar de outras reivindicações para as mulheres, como mencionou Rachel Soihet (2002), “[...] a conquista do voto, de acordo com o espírito da época, mereceu prioridade”. Falamos, neste primeiro momento, de um movimento de mulheres majoritariamente brancas e de classe média, mas que, apesar das limitações, abriram frentes para lutas e conquistas a direitos para as mulheres.

Foram muitas as mulheres anônimas que participaram de movimentos reivindicatórios, mas um nome que se destacou foi o de Bertha Lutz (1894-1976). Ela e suas companheiras criaram, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), espaço importante para a consolidação do direito ao voto. Esta bandeira não foi aceita de início, mas, aos poucos, a luta de mulheres pelo direito ao voto tomou força e, em 1932, o voto feminino e o voto secreto foram instaurados. Bertha foi indicada pela FBPF para ser representante na Comissão de Elaboração do Anteprojeto da Constituição de 1934. Ela e outras mulheres acompanharam as discussões políticas da época e, segundo Rachel Soihet (2006), ela usou de um “feminismo tático”, para garantir conquistas para as mulheres, no período que costuma ser chamado de feminismo da primeira onda. Este feminismo, aliado a reivindicações de outros grupos, ajuda a compreender a história do voto feminino no Brasil.

Como podemos observar, mesmo que rapidamente, a história da conquista deste direito é uma luta antiga, que poderia ser mais bem problematizada na videoaula. E também as referências sobre fatos e personagens poderiam ser citadas, estimulando as/os estudantes a buscar mais informações sobre o tema.

Os canais de YouTube fazem parte de plataformas digitais que se expandiram no universo digital. O YouTube, por sua vez, foi fundado em 2005 e adquirido pelo Google em outubro de 2006. Conta, atualmente, com mais de um bilhão de usuários, com versões locais com mais de 88 países e linguagens que compreendem um total de 76 idiomas, com mais da metade do total de vídeos visualizados através de dispositivos móveis (YouTube, s.d.).

Pode-se dizer que o acervo de vídeos do YouTube tem uma amplitude devido à massificação dos usos das ferramentas digitais em diferentes contextos, principalmente no contexto educacional. Por isso, é importante analisá-lo pelo prisma de uma mídia digital, a qual “se tornou mais do que um acervo de vídeos caseiros, para ser considerado um dos principais veículos de comunicação da cultura digital e um fenômeno social” (Avila, 2020, p. 44).



Nesse sentido, a linguagem apresentada por cada canal de YouTube tem especificidades destinadas ao público que se quer alcançar, uma vez que difere de conteúdos ditos ‘tradicionais’, estreitando os laços de conhecimento a partir de diálogos mais concisos e direcionados. No campo educacional, pode-se dizer que essa mídia digital tem vinculação, sobretudo, para cursos pré-vestibulares, Enem e apreensão de determinados conteúdos históricos. Talvez isso se dê porque a narrativa encaminha para uma análise com profusão de exemplos, frases curtas, linguagem coloquial que, de certa forma, definem outras narrativas possíveis sobre os conteúdos históricos. Trata-se de um processo incessante do que interessa narrar, numa personificação da história e na manutenção de alguns elementos como datas, fatos e acontecimentos que demarcam um ‘controle da narrativa’. A proposta do canal do YouTube atua como espaço de formação de informações, mais do que de produção de conhecimento. Possui uma perspectiva de integração, pois a maioria dos canais permite comentários sobre os conteúdos, o que faz do Youtube, de acordo com Burgess e Green (2009), “um site de cultura participativa.

A divulgação científica passa a ter outra perspectiva nos canais de YouTube, com direcionamento de narrativas, informações mais diretas, decodificação de temas específicos, e a utilização de recursos (metáforas, ilustrações ou infográficos, etc.) que podem penalizar a precisão das informações. Para considerarmos a videoaula um material didático-digital, segundo Laurentino e Miranda da Silva (2023), é importante atentar para alguns componentes necessários para as videoaulas on-line, como: (a) tratar de uma prática de ensino que apresente um foco didático, relacionando conhecimento curricular, teoria e metodologia; (b) ser realizada de modo assíncrono; (c) apresentar a figura de um sujeito empenhado em conduzir as práticas de ensino, empregando saberes e competências relativos à profissão docente.

Há, portanto, na divulgação científica, embate permanente entre a necessidade de manter a integridade dos termos técnicos e conceitos para evitar leituras equivocadas ou incompletas e a imperiosa exigência de se estabelecer efetivamente a comunicação, o que só ocorre com o respeito ao background sociocultural ou linguístico da audiência. (Bueno, 2010, p. 3).

No que se refere aos conteúdos de história, há alguns estudos sobre os usos no ensino de história, os ‘youtubers’, assim como espaços de divulgação de produção de laboratórios e grupos científicos de história. Não há números precisos de quantos canais de história no YouTube existem no Brasil. É possível, no entanto, aventar que o

crescimento se deu a partir da ‘monetização’, a qual atraiu criadores de conteúdo de todos os estilos e temas. **Videoaula do Brasil Escola sobre o voto feminino no Brasil**

A videoaula escolhida para análise foi o “Voto feminino no Brasil”, a qual é apresentado por Natália de Freitas e foi produzida em 26 de fevereiro de 2021, com duração de 16 minutos e 33 segundos, e que teve 40.610 visualizações e 585 comentários. Nesta videoaula, a apresentadora destaca a importância sobre o tema do voto feminino e acrescenta que fará uma abordagem histórica sobre o assunto.

Imagem 3 — Site do Brasil Escola



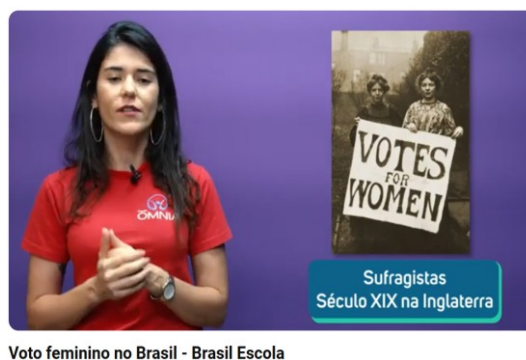
Fonte: <https://youtu.be/t8oj7t-0aT8> (Acesso em: 04 nov. 2024).

Para a análise histórica do que é apresentado na videoaula, fundamentamos a abordagem a partir do que foi produzido sobre os conceitos/categorias e trajetórias históricas femininas e feministas. Isso porque há uma linha do tempo norteadora da narrativa da apresentadora. Um recurso utilizado pela profissional se dá na repetição de algumas informações, talvez, por ter um tempo curto de análise e a ‘videoaula’ ter uma proposta de ser um compilado de informações.

Numa linha do tempo sobre a emancipação feminina, a apresentadora faz uma análise, desde a antiguidade, sobre as mudanças políticas, estabelecendo relação com a análise sobre o voto feminino no Brasil.

A abordagem não tem recomendação de leitura extra ou qualquer informação além da narrativa da apresentadora. O início da videoaula apresenta que esse conteúdo é importante por conta da relação das mulheres com a cidadania. E descreve brevemente o histórico da luta pelo voto feminino no século XIX, na Inglaterra, com o movimento sufragista, como apresentam as imagens da videoaula.

Imagem 4 — Apresentadora Nathalia Freitas na videoaula



Fonte: <https://youtu.be/t8oj7t-0aT8> (Acesso em: 04 nov. 2024).

Percebe-se que há diferentes concepções e conceitos históricos apresentados na videoaula, que remetem mais às descrições de legislação, e de atuação de algumas mulheres, seguindo uma linha norteadora da narrativa. De certa forma, entende-se que essa linguagem se adequa ao processo narrativo em mídias digitais, em que a escrita passou a ter outras dimensões, como aponta Izquierdo (2002, p. 09): “bibliotecas com coleções digitais, ebooks, usos de tablets, smartphones, links compuseram outras narrativas nas experiências escolares”.

A análise desta videoaula nos encaminha diálogos que são pertinentes para o conhecimento do movimento sufragista. Entretanto, como estratégia de linguagem e também de produção de conteúdo, percebe-se que explicam de forma superficial as pautas do movimento, relacionando-as com outras questões e não historicizando o feminismo. Por exemplo, em um dos trechos, há a descrição de pautas defendidas pelas sufragistas, mas não há uma explicação aprofundada sobre o próprio movimento.<sup>4</sup>

Em relação ao conteúdo sobre o movimento das sufragistas, é perceptível que este é apresentado de uma forma ampla, sem problematizar as dimensões de análise histórica das lutas feministas. Além de não mencionar que o movimento pela emancipação feminina no Brasil foi sendo construído num processo de lutas pela igualdade de gênero, como a luta pelo direito das mulheres à educação fora de suas casas, acesso ao trabalho formal, capacidade intelectual.

Ainda acerca da análise da videoaula, a apresentadora utiliza a trajetória histórica das legislações brasileiras para explicar o acesso ao voto. Lança, para tanto, como estratégia de linguagem, os hipertextos, com explicações direcionadas. Essa estratégia de abordagem é utilizada para ‘fixação’ de conteúdo histórico em cursos pré-vestibulares,

<sup>4</sup> Não há, ao longo da videoaula, encaminhamento de leituras históricas; há apenas a sugestão da videoaula “As 10 mulheres da História”.

pois foca legislações e textos diretivos, sem ter em conta a interpretação dos conteúdos com análises mais aprofundadas.

Pode-se perceber que, ao explanar sobre o direito ao voto, de uma forma mais generalista, prevê que o conteúdo seja assimilado por um viés de datas e fatos, utilizando exemplos como o da ‘dentista Isabel de Souza Mattos’, para registrar o papel feminino nesse processo. Não utiliza, contudo, o contexto da vivência dessa mulher para tratar a questão do voto, das desigualdades em relação ao gênero ou, mesmo, das ‘brechas da lei’. Não há aprofundamento sobre o processo de luta por direitos ao qual Isabel de Souza Mattos requereu votar, pois, com base no artigo 4º, da Lei Saraiva, de 1880, “Isabel, que era dentista formada no Rio de Janeiro e moradora da província do Rio Grande, solicitou seu registro de eleitora em 1885 e o obteve em 1887, após entraves judiciais” (Rabelo, 2022, p. 102).

Nesse sentido, é importante frisar que não só essa videoaula, mas muitas outras silenciam sobre o movimento feminista e as lutas pela igualdade de gênero, tanto que circunscrevem a uma mulher o ‘feito’ histórico e, dessa forma, desconsideram o processo coletivo das sufragistas. Além disso, um dos maiores entraves à igualdade de gênero no Brasil se deu pelo campo educacional, que excluía as mulheres socialmente e politicamente. Tanto que as principais lideranças feministas encamparam as perspectivas educacionais como impulsionadoras da emancipação feminina e ocupação de espaços públicos, como Leolinda Daltro, que fundou a Escola Orsina da Fonseca, com formação para mulheres, Antonieta de Barros, primeira deputada estadual de Santa Catarina, nos anos 1930, que comandava o Curso de alfabetização, especialmente para as mulheres.

A dimensão de análise proposta numa linguagem que pode ser acessada por diferentes públicos envereda por um conhecimento que não apresenta a complexidade das lutas das sufragistas, sendo que, no caso em questão, nem mesmo o conceito histórico é fundamentado. A apresentação da sufragista Bertha Lutz se constitui num exemplo de ‘aceleração’ do conteúdo histórico e da pouca profundidade sobre o movimento feminista.

Imagem 5 — Bertha Lutz



Fonte: <https://youtu.be/t8oj7t-0aT8> (Acesso em: 04 nov. 2024).

A apresentação de Bertha Lutz numa é feita por meio de uma análise rápida e com um enfoque bem restrito ao seu fazer feminista no Brasil. Isso porque Bertha Lutz (ver, nesse contexto, Lopes (1998) e Lutz (1933)) foi uma cientista, feminista e política brasileira, que fundou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que lutou pelos direitos políticos, sociais e educacionais das mulheres, conforme já mencionamos.

No Brasil o voto feminino foi conquistado através do Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, ficando estabelecido, em seu artigo 2º, que é eleitor “o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código” (Brasil, 1932). Esse decreto, como a própria apresentadora destaca, só contemplava mulheres alfabetizadas, e mulheres casadas deveriam pedir autorização do marido para votar, sendo o voto facultativo.

Na apresentação sobre as lutas de mulheres e não lutas feministas, há, na videoaula, a descrição sobre Carlota Pereira de Queirós, apresentada como a 1ª mulher em uma constituinte, mas não descreve as contradições em sua trajetória política: foi eleita deputada em 1932, mas apoiou o golpe civil militar em 1964. Esse imaginário que se fundamenta na apresentação personificada pelos nomes ‘consagrados’ na política deixa de analisar que nem todas as mulheres na política defendem pautas feministas, seja no passado ou no presente. Na mesma seara, o direito ao voto, consciente e tomado de sentido cidadão, permite às mulheres a avaliação do contexto de sua coletividade.

Há dois elementos importantes na imersão política de Carlota:

as relações que se estabelecem entre Carlota Pereira de Queiroz e seus colegas homens da política, principalmente aqueles que lhe são mais próximos, seus companheiros de bancada e de partido e às relações mantidas entre Carlota Pereira de Queiroz e as

líderes do movimento feminista dos anos 1920-30, especialmente aquelas que se reúnem, em torno de Bertha Lutz, na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) (Schpun, 1999, p. 334).

A utilização de temas/conceitos/conteúdos nas mídias digitais pode tanto possibilitar novas perspectivas históricas, com o conhecimento sobre o movimento feminista, por exemplo, quanto tratar das ações feministas por uma singularidade em cada mulher e suas ações. Isso evidencia que a publicização de determinados temas históricos, como o voto feminino, carece de uma profundidade de análise, que talvez não seja o objetivo de alguns canais de YouTube. A produção tem uma aceleração, “seja exatamente aquilo que nos acerta em cheio enquanto historiadores: as distorções que estas tecnologias causam às noções de temporalidade e espacialidade” (Luchesi, 2013, p. 06).

## **Os comentários sobre a videoaula Voto Feminino no Brasil**

Analisar a videoaula Voto feminino no canal Brasil Escola YouTube nos permitiu perceber a construção de uma linguagem e recurso tecnológico para explicar um tema histórico, em suas múltiplas dimensões sobre as lutas feministas, o que não foi explicitado na videoaula, mas que foi ‘alvo’ de narrativas dissonantes nos comentários sobre o tema. A videoaula teve 585 comentários<sup>5</sup> que versaram entre busca de aprofundamento, elogios à apresentação, questionamentos sobre o tema e também ‘ataques’ ao conteúdo feminista.

Desse modo, selecionamos alguns comentários, principalmente os que relacionam sua narrativa com a proposta da videoaula, que é apresentar o voto feminino no Brasil. Esses comentários explicitam a importância de discussão histórica sobre o movimento feminista e o voto feminino no Brasil. Isso no sentido de compreender essas narrativas (interativas) como parte constitutiva da aprendizagem sobre conceito/ categorias históricas, num processo de transmissão-recepção-transmissão de conhecimento.

Entendemos que os comentários sobre a videoaula se configuram numa ferramenta que contribui para a construção da análise sobre o conteúdo da videoaula, de forma interativa, democrática e nem sempre coerente. Eles permitem que o/a usuário/a-produtor/a possa reinterpretar, parodiar e comentar conceitos, dialogar com outras pessoas sobre o tema, uma vez que as mídias digitais possibilitam opiniões “tão distintas

---

<sup>5</sup> Os nomes dos autores dos comentários foram retirados (e substituídos por letras ou pelas iniciais), em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). No caso da apresentadora, como é um produto de mídia digital com público aberto, não foi necessário retirar sua imagem.



de enunciados quanto vídeos, novelas, filmes, assim como dar a esses mesmos usuários a possibilidade de compartilharem conteúdos de autoria própria” (Araújo & Costa, 2011, p. 284)

Na análise dos comentários, o comentário de GF diz:

*História contada de forma sensacionalista prof. Os protestos não foram grandes e enormes como tentam fazer parecer, muito pelo contrário e algo BEM mais orgânico. A primeira menção sobre voto feminino no mundo ocidental foi nos EUA em 1776 e somente pessoas consideradas cidadãs poderiam fazê-lo. Por isto, somente mulheres SOLTEIRAS e com bens [algo considerado essencial para que o Estado reconhecesse alguém como cidadão na época, por ex: escravos não eram considerados cidadãos, estrangeiros tbm e prisioneiros tbm] e os homens precisavam ter idade acima de 30 anos e ter bens também. O principal gatilho para que o voto feminino fosse amplamente aceito no mundo envolveram os países da 1ª Guerra e principalmente na 2ª Guerra pois os homens foram para a Guerra e devido a **posterior revolução industrial**, as fabricas precisavam funcionar. Com isto as mulheres passaram a ser vistas como um 'ativo' das nações e ISTO SIM, fez os Estados darem valor e cederem o voto a elas. Ou seja, é algo muito mais ligado a 'quem é considerado cidadão', ou seja, possui bens, do que movimentos feministas em si. Só mentiras feministas, e vitimismo (Canal YouTube Brasil Escola, 2021).*

Um dos comentários que chamou a atenção foi o de X, que argumenta que:

*Esse seu comentário é a **personificação do pensamento ideológico** (que contrasta com o pensamento filosófico, com o livre pensamento): não importa a verdade de fato, não importa o que os outros pensam, não importa como a realidade realmente é, porque tudo o que importa é a ideologia que eu sigo, e se alguém vier me dizer que minha ideologia está desconectada da realidade, que minhas crenças têm falhas justamente porque são crenças (fé) ao invés de conhecimento, eu não quero saber, não quero ver, não quero ler, não quero ouvir, não quero colocar minhas convicções à prova, porque vai que eu acabo encontrando falhas nas minhas convicções e me dou conta de que minhas convicções não são assim tão convictas, e me dou conta de que essas pessoas têm alguma dose de razão, que minhas opiniões necessitam de ajustes para que descrevam melhor a realidade como ela realmente é. Enfim: vai que eu me dou conta de que a ideologia que eu sigo tem falhas. Melhor deixar quieto, enfiar a cabeça em um buraco beeeem escuro e ignorar todo mundo que tentar abrir meus olhos (Canal YouTube Brasil Escola, 2021).*

Ao analisar os comentários, é possível identificar algumas concepções que versam entre ‘apoiar o feminismo’ ou ‘importar o que os homens pensam’, as quais se inscrevem num espaço midiático que estabelece uma interpretação a partir do conteúdo da videoaula. Pode-se dizer que são ‘produtos’ de um universo digital, em que diferentes



discursos (dos vorazes ao mais leves) se inscrevem nas defesas da ‘verdade’. O que nos chama atenção são as narrativas que atestam o atravessamento das matrizes ideológicas cada vez mais presentes nas escritas em mídias digitais.

Outro fato que atraiu o nosso olhar foi a existência de um certo desconhecimento histórico sobre o sufragismo, pois GF descreve a ‘Revolução Industrial’ como posterior à Segunda Guerra Mundial, o que nos encaminha para dialogar sobre o campo de disputas de narrativas, mas também do cuidado em analisar alguns comentários, já que são produzidos sem um conhecimento aprofundado do tema.

Em relação ao que é produzido na videoaula e a interpretação das pessoas, há uma mutação na compreensão do projeto encaminhado à plataforma do YouTube e de sua recepção pelo público. Esse descompasso está imerso na cultura e na textualidade do tema da videoaula, o que permite uma reescrita, que passa pelo capital social dos sujeitos.

Estudiosos, pesquisadores, intelectuais, educadores e demais especialistas em diferentes áreas do saber passaram a se utilizar dos recursos e técnicas de captação e edição de vídeos para produzir, compartilhar e dialogar com outros usuários da rede acerca de diferentes temas filosóficos, científicos e tecnológicos (Dal Pian, 2015, p. 6-7).

Sobre o conteúdo da videoaula, há o comentário de D, uma mulher, postado em 2022, em que se lê: *excelente aula. Pelos comentários ficou visível como o machismo impera na sociedade brasileira do século XXI*. Este comentário teve uma resposta de V, um homem: *Como assim? Você pode votar, fazer concurso público, faculdade sem precisar servir ao exército, e machismo expor essa injustiça?* (Canal YouTube Brasil Escola).

Esse diálogo entre as duas pessoas (mulher e homem) acerca do conteúdo da videoaula expressa os sentimentos e os sentidos da apreensão, em articulação com os modos de recepção de cada sujeito. Isso porque a narrativa do público irrompe como uma forma de demarcação do espaço de atuação, em defesa ou contra o feminismo.

Em outro comentário, C assinala *nossa, você nem disfarçar que o feminismo é baseado em injustiças e quando alguém expõe essa injustiça vocês ficam bravinhas*. Uma mulher, D, respondeu:

*Querido eu apoio o feminismo, porque as mulheres sempre sofreram e ainda sofrem opressão. Você não vai mudar minha opinião, porque eu construí ela sozinha! Você tem um pensamento antigo e conservador, e odeio gente assim. Eu tô nem aí para a sua opinião, eu vou apoiar o feminismo para sempre!* (Canal YouTube Brasil Escola).

Num outro comentário, LL, em 2021, salienta: *as antifeministas choram. Amei a aula.*

A competição em torno do conhecimento histórico sobre o voto feminino que se encontra nos comentários chama a atenção para o alargamento das discussões sobre o conteúdo da videoaula, numa espécie de ‘competição’, que se centra na experiência de cada pessoa.

Percebe-se que, para além do conteúdo da videoaula, cria-se e recria-se outros conteúdos a serem problematizados, por exemplo, do “feminismo ser baseado em injustiças”, o que evidencia, para campo histórico, a premente discussão sobre os conceitos de feminismo e a projeção educativa em torno das contribuições do feminismo para as políticas públicas. Isso se deve ao fato de que, ao longo do tempo de ensino de História, os diálogos relacionados ao feminismo foram sendo atacados, silenciados, esvaziados de suas ações políticas. E as mídias digitais passaram a representar um campo de disputas de narrativas. São ações comunicacionais que as mídias digitais possibilitam no processo de (re)criação das narrativas da videoaula. São criados laços que podem ser relacionais, pois abrangem atores que pertencem a um grupo, independentemente se todos os indivíduos participam ativamente (Recuero, 2009).

Ao acusar, defender, impor sua visão e leitura de mundo, relacionados ou não com o conteúdo da videoaula, os comentários transmitem as significações para cada pessoa, como a narrativa de FF, um homem comentando a videoaula, em 2024, que destaca: *você fala de uma luta de sufragistas que nunca conseguiram convencer ninguém, mas que pelo visto provocaram tamanha ameaça em Getúlio Vargas a ponto dele ceder e criar uma lei?* (Canal YouTube Brasil Escola).

Percebe-se que veicular sua narrativa no sentido de desacreditar a luta das sufragistas e do convencimento são elementos importantes para analisar o processo de conhecimento sobre o movimento feminista e a luta das sufragistas. Além disso, possibilita a análise da dissociação do que é apresentado na videoaula, questionando a lei sobre o voto feminino, algo que é comum em comentários de canais de YouTube, pois esse tipo de videoaula apresenta as narrativas do audiovisual, relacionadas ao contexto social e dotadas de algumas vezes, aspectos de apelo popular.

Para FR, um homem, em seu comentário: *Nunca ouvi falar sobre o movimento.* Já LF, um homem, afirma (há três anos (editado)): *As feministas dizem que elas conquistaram o ""direito"" ao voto com muita luta, hahaha ha o que vocês fizeram? Passeata? Hahaha.*

A discussão sobre o que fizeram as feministas em torno da luta pelo voto feminino ainda é cercada de ‘ataques’ como os das narrativas acima, o que evidencia a incoerência do processo de compreensão dos direitos feministas, dos processos de luta pela conquista desses direitos. Nesse sentido, pode-se dizer que os ataques em âmbito virtual são mais frequentes, uma vez que esse ambiente abriga um acúmulo de comentários, narrativas, diálogos em que “o usuário pode interagir não só com o objeto (a máquina ou a ferramenta), mas também com a informação, conteúdo” (Rocha; Montardo, 2005, p. 8).

Em suma, a questão do conteúdo e das narrativas nos comentários apresenta um alargamento dos diálogos sobre o tema central da análise, o voto feminino, pois são vieses que se ampliam numa disputa entre conhecimento e ausência de conhecimento sobre o processo do voto feminino no Brasil. E também atestam a interferência dos modelos conservadores que assentam suas narrativas numa lógica de divisão de conhecimento, e por isso a importância de analisar esses comentários, que reforça a nossa função de lutar contra o negacionismo, o revisionismo, a desinformação.

## **Considerações finais**

Ao escrever esse artigo, ao digitarmos no computador, nos lembramos das mulheres que iniciaram o campo de trabalho como datilógrafas, em que narravam, a partir das teclas das máquinas de escrever, o que o contexto histórico exigia. Quando, no tempo presente, digitamos sobre o saber-fazer de outras mulheres, voltamos nossos olhares às andanças de outras, em outros tempos, que nos legaram suas lutas, conquistas, amores e dissabores. E assim, escrever ou narrar foi se constituindo como campo de disputas de gênero, o que nos leva ao conteúdo da videoaula analisada, pois, ao abordar o tema do voto feminino, muitas inquietações surgiram. Todavia, ao analisar, ver e ouvir a videoaula (muitas vezes) no sentido de problematizar o que se constituiu como fio condutor da abordagem sobre as mulheres e suas lutas, conquistas, o foco foi se esvanecendo em meio a muitas informações e pouca formação. O tema voto feminino possibilita uma multiplicidade de narrativas, entretanto, quando projetado a ser educativo, um conteúdo como este pode encaminhar para a formação do conhecimento. E se o conteúdo da videoaula tem uma interpretação, requer também uma compreensão do conceito de capital social, que “representa o valor implícito das conexões internas e externas de uma rede social, atribuindo um valor econômico a estas redes” (Strutzel, 2015, p. 46).

Logo, há alguns caminhos a percorrer quando analisamos a comunicação, produção e divulgação da videoaula sobre voto feminino no Brasil e os comentários

produzidos por diferentes pessoas. Projetar a análise sobre o capital humano que envereda a discorrer seu entendimento envolve também a percepção, não só histórica, mas de mundo, dessas pessoas. Refinar essa análise sobre os comentários nos permitiu perceber que as disputas pela narrativa em canais de YouTube como o Brasil Escola reforçam a necessidade de cuidado nas análises, pois ainda estamos distantes de uma ‘alfabetização científica midiática’. Ou seja, “essas tecnologias estão gestando novas subjetividades em contínua mutação, subjetividades autoprogramáveis, dotadas de meios para repensar de modo intermitente suas falhas e competências, seus limites e suas expectativa” (Santaella, 2010, p. 19).

Assim, ao que parece, após analisar o conteúdo da videoaula sobre o voto feminino no Brasil e as postagens de comentários, chegamos a algumas ponderações sobre o campo de disputas de narrativas e sobre o esvaziamento de conhecimento produzido sobre o movimento feminista no Brasil. Para ilustrar nossas considerações, convém citar que os comentários que se seguem à videoaula se encaminham para diálogos agressivos, anacrônicos, e tendem a inserir concepções pessoais, questionando até mesmo as pessoas que apreciaram o conteúdo da videoaula. O apagamento efêmero que os ataques alcançam evidencia também as percepções de suas experiências, em que seus valores são creditados sem alinhamento com os discursos conservadores.

De toda maneira, nos lembramos da datilógrafa que angariou ‘barulho’ com seu toque na máquina de escrever, que ecoava nos corredores e que, no tempo presente, cedeu espaço à digitalização de comentários em mídias ditais, como o canal YouTube do Brasil Escola, em que outros barulhos passam a ser percebidos, numa modificação da transmissão do conhecimento histórico.

## Referências

ARAÚJO, J. C.; COSTA, R. R. da. A fúria do Führer: um estudo das estratégias discursivo-pragmáticas presentes num “viral” do Youtube. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 11, n. 2, p. 283-309, out. 2011.

AVELAR, L. *O Segundo Eleitorado: Tendências do Voto Feminino no Brasil*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

AVILA, S. de L. *O potencial de aprendizagem e as representações pedagógicas na plataforma YouTube: entre conhecimento e entretenimento*. 2020. 220 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2020.

BRASIL. *Decreto nº 21.076*, de 24 de fevereiro de 1932. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d21076.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d21076.htm).

BRASIL ESCOLA. Brasil Escola, s.d. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/>.

BUENO, W. C. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. *Informação & Informação*, v. 15, n. 1esp, p. 1-12, dez. 2010. ISSN 1981-8920. Acesso em: 06 mar. 2017.

BURGESS, J.; GREEN, J. *YouTube e a Revolução Digital*: como o maior Fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade. Tradução de Ricardo Giassetti. São Paulo: Aleph, 2009.

CABRAL, M. In: BRASIL ESCOLA. Brasil Escola agora tem videoaulas gratuitas e canal no YouTube. *Brasil Escola*, 2017. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/noticias/brasil-escola-agora-tem-videoaulas-gratuitas-canal-no-youtube/3123539.html>.

CASTELLS, M. *A galáxia da Internet*: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

CHARTIER, R. Novas tecnologias e a história da cultura escrita. Obra, leitura, memória e apagamento. *Leitura: Teoria & Prática*, Campinas, São Paulo, v. 35, n. 71, p. 17-29, 2017.

COHEN, D. J.; ROSENZWEIG, R. *Digital history*: a guide to gathering, preserving, and presenting the past on the Web. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.

DAL PIAN, L. F. Aproximações entre Comunicação Pública da Ciência e Entretenimento no Youtube: uma análise do canal Nerdologia. In: XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Natal – Rio Grande do Norte, 2015.

EVANS, Claire. *A História Desconhecida das Mulheres que Realizaram a Internet*. Editora Best Seller, 2022.

IZQUIERDO, I. *Memória*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

KARAWCZYK, M. Que República é Essa? *O voto feminino no Brasil*. Brasília: Arquivo Nacional; Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 2019. Disponível em: <https://querepublicaeessa.an.gov.br/index.php/que-republica-e-essa/assuntos/temas/147-o-voto-feminino-no-brasil>.

LAURENTINO, J. V. B.; MIRANDA DA SILVA, W. Práticas de ensino de Língua Portuguesa: um percurso metodológico de pesquisa. In: DOMINGOS, J.; RODRIGUES, L. P. (ed.). *Emergências contemporâneas nas pesquisas em práticas de ensino e linguagem*. João Pessoa, PB; Campina Grande, PB: Marca de fantasia e Edupeb, 2023. p. 45-72.

LOPES, Maria Margaret. “Aventureiras” nas ciências: Refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. *Cadernos Pagu*, n. 10, 1998.

LUCHESE, A. *História e Historiografia Digital: diálogos possíveis em uma nova esfera pública*. Natal: ANPUH, 2013.

LUTZ, Bertha. *13 Princípios Básico – Sugestões ao anteprojeto da Constituição*. Rio de Janeiro: FBPF, 1933.

MARQUES, T. C. de N. *O voto feminino no Brasil*. 2. ed. Brasília: Edições Câmara, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/midias/file/2020/11/voto-feminino-brasil-2ed-marques.pdf>.

OMNIA. Home. Brasil Escola. *Omnia*, s.d. Disponível em: <https://www.redeomnia.com/nossos-sites/brasil-escola>.

RABELO, A. M. P. 1922-2022: cem anos do sufrágio feminino no Brasil. *Revista Princípios*, n. 163, jan./abr. 2022.

RECUERO, R. *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROCHA, P. J.; MONTARDO, S. P. Netnografia: incursões metodológicas na cibercultura. *E-Compós*, v. 4, 2005.

SANTAELLA, L. A aprendizagem ubíqua substitui a educação formal? *Revista de RECET – Revista de Computação e Tecnologia*, v. 2, n. 1, p. 1-6, 2010.

SCHPUN, M. R. Entre feminino e masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiroz. *Cadernos Pagu*, n. 12, p. 331-377, 1999.

SOIHET, R. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Mulheres, 2006.

SOIHET, R. Transgredindo e conservando, mulheres conquistam o espaço público: a contribuição de Bertha Lutz. *Labrys Estudos feministas*, n. 1-2, julho/dezembro 2002. Disponível em: [https://www.labrys.net.br/labrys1\\_2/rachel1.html](https://www.labrys.net.br/labrys1_2/rachel1.html). Acesso em: 08 maio 2025.

STRUTZEL, T. Presença Digital da Marca Jurídica. *LinkedIn*, 2015. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/presen%C3%A7a-digital-da-marca-jur%C3%ADdica-tercio-strutzel/>.

TENÓRIO, P. C. da S. “Assim eu sei que viverei para a posteridade”: depoimentos orais de Almerinda Farias Gama, uma pioneira do feminismo brasileiro”. *História Oral*, v. 24, n. 1, p. 171-190, jan./jun. 2021.

VALENTE, M. *Misoginia na Internet: uma Década de Disputas por Direitos*. São Paulo: Fósforo, 2023.

YOUTUBE. YouTube, s.d. Disponível em: <https://www.youtube.com/intl/pt-BR/yt/about/press/>.

## NOTAS

### AUTORIA

#### **Jaqueline Aparecida Martins Zarbato**

Doutora em História

Universidade Federal de Santa Catarina/Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Pós-Doutorado/Unicamp

Email: [jaqueline.zarbato@gmail.com](mailto:jaqueline.zarbato@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-3183-4740>

#### **Janine Gomes da Silva**

Doutora em História

Universidade Federal de Santa Catarina

E-mail: [janine.gomesdasilva@gmail.com](mailto:janine.gomesdasilva@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0003-2866-2981>

### AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

## CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

### FINANCIAMENTO

A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC) a partir dos processos nº 2023TR285 (Projeto “Internet segura com perspectiva crítica de gênero”) e nº 2024TR002221 (“Misoginia: gênero emoções e política nas redes de mídias sociais no Brasil contemporâneo”).

### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

### CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.



## LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **INTERthesis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a licença *Creative Commons Attribution* (CC BY) 4.0 International.

Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.

Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

## PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Publicação no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

## EDITORES

Daniel Serravalle de Sá

Cristina Scheibe Wolff

Elaine Schmitt

## HISTÓRICO

Recebido em: 16-05-2025 – Aprovado em: 28-05-2025 – Publicado em: 24-07-2025